

TRE-TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL/MT

Estudo Técnico Preliminar 15/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 01572.2026-5

2. Descrição da necessidade**1. Descrição da necessidade**

2.1. A aquisição de coletes, para os coordenadores de acessibilidade e demais convocados para atuarem nas Eleições Gerais de 2026, é essencial para garantir a identificação, clara, desses profissionais, que desempenharão um papel crucial na facilitação do acesso, dos eleitores com deficiência auditiva, às seções eleitorais e às demais unidades e setores relacionados ao referido pleito eleitoral.

2.2. A inclusão de intérpretes e demais colaboradores, devidamente identificados, assegura que esses eleitores possam exercer seu direito de voto com autonomia e dignidade, promovendo um processo eleitoral mais inclusivo e acessível.

2.3. Do ponto de vista do interesse público, essa iniciativa contribui, significativamente, para a democratização do processo eleitoral ao remover barreiras comunicacionais que possam impedir a participação, plena, de cidadãos com deficiência auditiva, além da integração, engajamento e exercício da cidadania de todos os participantes/convocados.

2.4. A utilização de coletes padronizados garantirá a visibilidade e o reconhecimento, imediato, dos referidos profissionais, proporcionando segurança e confiança, tanto para os eleitores, quanto para os profissionais envolvidos.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Gestão de Material/CONMAT - TRE/MT	Alex Mateus

4. Descrição dos Requisitos da Contratação**1. Descrição dos Requisitos da Contratação**

4.1. Os bens pretendidos para uma possível aquisição deverão seguir os critérios de entrega e aceitação, da seguinte forma:

4.1.1. Na primeira compra, após o recebimento da nota de empenho, a empresa contratada/vencedora da licitação terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos para a apresentação do (a) modelo/amostra do produto ao fiscal do contrato deste Tribunal, antes da fabricação do quantitativo a ser solicitado, o que permitirá a correção de eventuais erros ou defeitos de fabricação;

4.1.2. Após a devida aprovação da amostra, a referida empresa vencedora terá 30 (trinta) dias corridos para a entrega definitiva, não devendo o prazo total ultrapassar os 40 (quarenta) dias corridos, contados do aceite do empenho;

4.1.3. A cada pedido de compra, realizado por este Tribunal, deverá haver a consequente emissão de nota de empenho, conforme especificações dos materiais e das respectivas quantidades, de acordo com a descrição dos produtos, contida na Planilha Estimativa de Preços, acompanhada da nota fiscal correspondente, a qual deverá ser preenchida com as especificações apresentadas na nota de empenho correspondente;

4.1.4. A empresa fornecedora deverá efetuar a entrega do produto, no período de segunda a sexta-feira, durante o horário de expediente, no Setor de Almoxarifado da Seção de Material deste Regional, situado na Av. Historiador Rubens de Mendonça, nº 4.750, Centro Político Administrativo, Cuiabá-MT, CEP 78.049-941, no prazo máximo de até **30 (trinta) dias corridos após o recebimento da nota de empenho**, a qual deverá ser retirada no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis seguintes à notificação de efetiva aquisição do produto;

4.1.5. Para a contagem dos prazos serão considerados os dias corridos, incluindo os sábados, domingos e feriados;

4.1.6. Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nas quantidades a serem fornecidas, de acordo com as necessidades deste Regional;

4.1.7. Os produtos deverão ser novos, devidamente protegidos e embalados, adequadamente, contra danos de transporte, manuseio e acompanhados da (s) respectiva (s) nota (s) fiscal (is);

4.1.8. Os materiais serão recebidos, conforme as disposições contidas nos artigos da Lei nº 14.133/21 da seguinte forma:

4.1.8.1. PROVISORIAMENTE, no ato da entrega para efeito de posterior verificação da conformidade do produto com as especificações constantes da proposta, marca, modelo, especificações técnicas;

4.1.8.2. DEFINITIVAMENTE, após a verificação da qualidade e quantidade exigidas e características descritas neste estudo técnico preliminar - ETP, no termo de referência e no edital;

4.1.8.3. Os bens serão recebidos provisoriamente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato ou pela comissão de recebimento, conforme o caso, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no edital e na proposta.

4.1.9. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no termo de referência e na proposta, devendo ser substituídos, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis;

4.1.10. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;

4.1.11. O recebimento definitivo completar-se-á após o atesto, pelo fiscal designado pela Administração deste Tribunal;

4.1.12. No prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos:

4.1.12.1. A fiscalização analisará, aleatoriamente, unidades do material recebido, após a entrega definitiva de cada item, podendo ser recusado se isto se fizer necessário, não cabendo qualquer tipo de ressarcimento por parte deste Regional;

4.1.12.2. Caso o fiscal, designado pelo recebimento do material, verifique a sua perfeita compatibilidade com as exigências do edital e com a proposta apresentada quando da licitação, atestará o recebimento definitivo e o cumprimento das obrigações por parte da empresa;

4.1.12.3. Caso contrário, notificará a contratada para proceder às correções e/ou substituições, no prazo máximo 5 (cinco) dias corridos;

4.1.12.4. Na hipótese da contratada não proceder às correções e/ou substituições, dentro do prazo estipulado, incidirá a penalidade de multa moratória, no percentual a ser definido no edital e/ou no termo de referência podendo, inclusive, culminar com a rescisão da contratação.

4.1.13. Para fins de habilitação, a fornecedora deverá comprovar a regularidade perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social, a Justiça do Trabalho e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

4.1.14. Deverá, também, apresentar atestados ou certidões expedidas por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a participação em certame similar ao presente e a regular entrega do objeto da licitação e/ou o fornecimento do bem a outros órgãos ou empresas, nos termos da legislação.

5. Levantamento de Mercado

1. Levantamento de Mercado

5.1. A análise de mercado para a contratação dos coletes, tratados neste estudo técnico preliminar – ETP, revelou que diversas instituições, tanto públicas quanto privadas, têm adotado soluções semelhantes para a identificação de pessoal em eventos e serviços públicos.

5.2. Instituições como o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP) e o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG) implementaram o uso de coletes para a identificação dos coordenadores de acessibilidade e demais convocados para atuarem nas Eleições Gerais de 2026, assim como procedeu este Tribunal durante as eleições passadas.

5.3. No setor privado, empresas de grande porte, como organizadoras de eventos e companhias de segurança, também, fazem uso de coletes identificadores para facilitar a comunicação e a segurança.

5.4. Foram identificadas diversas metodologias e tecnologias para a produção desses coletes, incluindo o uso de materiais respiráveis como o tecido dry fit, que proporciona conforto aos usuários durante longos períodos de uso.

5.5. A estampa, aplicada na frente e na parte de trás (costas) dos coletes, é uma prática comum, devido à sua durabilidade e visibilidade. Além disso, o uso de elásticos ajustáveis tem se mostrado eficaz para garantir um ajuste adequado para diversos tipos de corpo, promovendo conforto e funcionalidade.

5.6. Após a análise das soluções disponíveis no mercado, a escolha, pelo uso de coletes, mostrou-se a mais adequada, tanto do ponto de vista técnico, quanto do ponto de vista econômico.

5.7. Os coletes de tecido dry fit, com estampa e elástico, oferecem uma combinação ideal de conforto, durabilidade e visibilidade. Esses fatores são essenciais para garantir que os coordenadores de acessibilidade e demais convocados para atuarem nas Eleições Gerais de 2026 possam ser, facilmente, identificados, proporcionando uma experiência inclusiva e acessível para os eleitores com deficiência auditiva e direcionamento de eleitores.

5.8. Além disso, a padronização e a simplicidade dos coletes contribuem para uma gestão eficiente dos recursos públicos, uma vez que são itens de custo relativamente baixo e de fácil aquisição por meio do sistema de registro de preços (SRP), visando a atender a demanda de utilização nas eleições vindouras.

6. Descrição da solução como um todo

1. Descrição da Solução, Como Um Todo

2. Coletes 3. Solução 1	
Descrição	Aquisição de coletes de tecido dry fit, tamanhos P, M, G e GG, com elástico e estampa na frente e nas costas e de acordo com as medidas padrão a serem indicadas no termo de referência.
Vantagem	Excelente custo-benefício e visibilidade; respirável e confortável para longos períodos de uso; durável e reutilizável. Contribui para a sustentabilidade ao utilizar materiais de longa duração.

Custo estimado	R\$ 18,00 por unidade
Quantidade estimada	60.000 (sessenta mil) unidades
Justificativa para o parcelamento, ou não, da contratação	A aquisição dos coletes está de acordo com as necessidades desta Justiça Eleitoral durante o exercício de 2026 e ano seguinte, sendo possível a prorrogação da ata de registro de preços - ARP por mais um ano e, com o objetivo de atender aos preparativos que antecedem à realização do referido pleito, devendo ser entregues, por intermédio da emissão de nota de empenho, a cada solicitação deste Regional.
Eventuais impactos ambientais ou outros aspectos julgados pertinentes; pontos positivos e negativos na solução apresentada	Deverão ser atendidas as disposições constantes na Resolução nº 400, de 16/06/2021, do Conselho Nacional de Justiça e legislação correlata, de maneira a preservar o meio ambiente e a utilizar os recursos naturais, de forma sustentável, priorizando a utilização de energia limpa e renovável, implementando medidas de combate ao desperdício, promovendo a reciclagem e gestão de resíduos, como parte de ações permanentes de educação ambiental. Permanece como base normativa para o PLS e o Balanço de Sustentabilidade.

Solução 2		Crachás
Descrição	Fornecimento de crachás de identificação feitos de papel resistente, com impressão digital de informações e logotipo, acompanhados por cordão de nylon.	
Vantagem	Baixo custo, fácil de produzir e distribuir; simples para a identificação dos profissionais envolvidos com o trabalho.	
Custo estimado	Não há custo estimado, visto que o próprio Regional pode fornecer os crachás.	
Quantidade estimada		

	60.000 (sessenta mil) unidades - quantidade estimada para as Eleições/2026, porém não reutilizável
Justificativa para o parcelamento, ou não, da contratação	Não se aplica
Eventuais impactos ambientais ou outros aspectos julgados pertinentes; pontos positivos e negativos na solução apresentada	<p>Deverão ser atendidas as disposições constantes na Resolução nº 400, de 16/06 /2021, do Conselho Nacional de Justiça e legislação correlata, de maneira a preservar o meio ambiente e a utilizar os recursos naturais de forma sustentável. Impacto ambiental reduzido devido ao uso de papel reciclável. Pontos positivos incluem menor impacto ambiental e baixo custo; pontos negativos incluem menor durabilidade e visibilidade. Ponto positivo: ser reciclável.</p>

Solução 3		Camisetas
Descrição		Camisetas de algodão preto, com estampa na frente e na parte de trás (costas), tamanhos variados.
Vantagem		Boa visibilidade e identificação; confortáveis e familiares para os usuários, porém necessitaria de uma variedade de tamanhos.
Custo estimado		R\$ 35,00 por unidade
Quantidade estimada		60.000 (sessenta mil) unidades
Justificativa para o parcelamento ou não da contratação		A aquisição do item pretendido está de acordo com as necessidades da Justiça Eleitoral durante o exercício de 2026 e ano seguinte, sendo possível a prorrogação da ata por mais um ano e, com o objetivo de atender aos preparativos que antecedem à realização do referido pleito, devendo ser entregues, por intermédio da emissão de nota de empenho, a cada solicitação deste Regional.
Eventuais impactos ambientais ou outros aspectos julgados pertinentes; pontos positivos e negativos na solução apresentada		Deverão ser atendidas as disposições constantes na Resolução nº 400, de 16/06/2021, do Conselho Nacional de Justiça e legislação correlata, de maneira a preservar o meio ambiente e utilizar os recursos naturais de forma sustentável. Impacto ambiental relacionado ao cultivo e produção de algodão. Pontos positivos incluem conforto e visibilidade; pontos negativos incluem a dificuldade de definir a percentual de tamanhos, em função da não convocação de antecedência de colaboradores/voluntários/intérpretes, que vão laborar nas Eleições de 2026, além das possíveis alterações que podem ocorrer até a data do pleito.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

1. Estimativa das Quantidades a Serem Contratadas

PLANILHA ESTIMATIVA DE PREÇOS

GRUPO 23 – Uniformes, Tecidos e Aviamentos

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Colete tecido dry fit (cores a definir), tamanhos (P, M, G e GG), com elástico e estampa (frente e na parte de trás - costas).	631962	UNIDADE	60.000	18,00	1.080.000,00
Total Geral						1.080.000,00

Justificativa e Memória de Cálculo

Aquisição estimada de 60.000 coletes – Eleições 2026

A estimativa de quantitativo considera a estrutura operacional das Eleições no Estado de Mato Grosso, conforme detalhamento abaixo:

1. Estrutura dos Locais de Votação

- 1.509 Locais de Votação
 - 01 Coordenador por local
 - 01 Secretário de Prédio por local**Cálculo:** $1.509 \times 2 = 3.018$

2. Seções Eleitorais

- 8.777 Seções Eleitorais
 - 04 Mesários por seção (Presidente, 1º Mesário, 2º Mesário e Secretário)**Cálculo:** $8.777 \times 4 = 35.108$

3. Coordenadores de Acessibilidade

- Estimativa de até 02 por local de votação
Cálculo: $1.509 \times 2 = 3.018$

4. Apoio Operacional

- Motoristas, auxiliares e demais colaboradores
Estimativa: 4.000

5. Reserva Técnica

- Reposição para eventual 2º turno e substituições
Estimativa: 5.000

Total Base

3.018

- 35.108
- 3.018

- 4.000
 - 5.000
- = **50.144 unidades**

Margem de Segurança

Aplicação de **20%** para cobertura de imprevistos, perdas, acréscimos operacionais e ajustes logísticos:

$$50.144 \times 20\% = 10.028$$

Total estimado: 60.172 unidades

Quantidade a ser registrada

Considerando critérios de economicidade, arredondamento operacional e padronização de fornecimento:

Quantidade estimada para aquisição: 60.000 (sessenta mil) coletes.

Ressalta-se que o quantitativo registrado em Ata de Registro de Preços constitui estimativa máxima, podendo a contratação ocorrer de forma parcial, conforme necessidade administrativa.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.080.000,00

1. Estimativa do Valor da Contratação

8.1. O valor estimado para a presente aquisição, pertencente ao grupo 23 - uniformes, tecidos e aviamentos, foi baseado em 01 (um) item: colete de tecido dry fit com valores unitários e totais, para a aquisição de 60.000 (sessenta mil) unidades, perfazendo um total geral de R\$ 1.080.000,00 (um milhão e oitenta mil reais).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

1. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A aquisição, discutida neste ETP, está de acordo com as necessidades desta Justiça, durante o exercício de 2026 e o ano seguinte, sendo possível a prorrogação da ata por mais um ano, com o objetivo de atender aos preparativos que antecedem à realização do referido pleito, sendo entregues de forma única, por intermédio, de emissão de Nota de Empenho, a cada solicitação deste Tribunal.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

1. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Para a implementação da aquisição dos coletes não haverá a necessidade de outras contratações correlatas adicionais.

10.2. O processo está projetado para utilizar, de forma eficiente, os recursos já disponíveis neste Tribunal, no que se refere à distribuição e armazenamento.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

1. Alinhamento Entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente demanda não foi prevista no Plano de Contratações Anual – PCA, exercício de 2026, podendo ser requerida por intermédio de formulário para adição de despesa devidamente aprovado e constante em portaria a ser elaborada e definida para o exercício de 2026.

11.2. A despesa encontra-se devidamente alinhada com o planejamento estratégico do Tribunal, conforme se observa das informações abaixo:

Alinhamento ao Planejamento Estratégico Institucional:		
PROCESSOS INTERNOS	X	Eficiência
	X	Sustentabilidade
RECURSOS		Viabilizar um ambiente seguro, saudável e produtivo
	X	Aprimorar a gestão de investimentos, gastos e despesas
	X	Assegurar recursos orçamentários necessários para a execução da estratégia

Alinhamento ao Planejamento Estratégico Institucional:		
	X	Eficiência e Governança

PROCESSOS INTERNOS	X	Sustentabilidade

RECURSOS		Viabilizar um ambiente seguro, saudável e produtivo
	X	Aprimorar a gestão de investimentos, gastos e despesas
	X	Assegurar recursos orçamentários necessários para a execução da estratégia

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

1. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A presente contratação objetiva atender os seguintes resultados:

12.1.1. Garantir a identificação clara e padronizada dos (as) cidadãos (ãs) convocados (as) ou voluntários (as), Intérpretes e demais colaboradores desta Justiça Especializada;

12.1.2. Promover um processo eleitoral mais inclusivo e acessível para os eleitores com deficiência auditiva e atender aos (às) demais eleitores (as) no exercício da cidadania;

12.1.3. Otimizar a gestão de recursos humanos e materiais nos locais de votação /seções eleitorais durante o pleito eleitoral;

12.1.4. Reduzir custos, a longo prazo, com a aquisição de itens duráveis e reutilizáveis;

12.1.5. Assegurar economicidade e eficiência na contratação e distribuição dos coletes por meio do Sistema de Registro de Preços – SRP.

12.2. Dessa forma, a contratação dos coletes atende, plenamente, aos objetivos de economicidade, eficiência e inclusão, promovendo uma melhoria, significativa, na gestão e na operacionalização das Eleições Gerais de 2026 em nosso Estado.

12.3. Pretende-se, com esta aquisição, suprir a demanda deste Regional, com relação à necessária utilização de coletes nas Eleições Gerais de 2026.

13. Providências a serem Adotadas

1. Providências a Serem Adotadas

13.1. Para a presente aquisição não haverá a celebração de contrato, pois a entrega será imediata, assim que houver solicitação por parte dos setores deste Tribunal, não havendo, portanto, obrigações futuras.

13.2. Ações e providências serão adotadas antes da futura contratação/assinatura da ARP, no sentido da disponibilização de servidores (as) para a realização de atividades de fiscalização e gestão contratual.

13.3. A estrutura física do Almoxarifado deverá contar com capacidade para recepcionar /acompanhar a entrega e a eventual reposição dos bens, para posterior distribuição e utilização, visando à realização das Eleições Gerais de 2026.

13.4. Servidores (as) da Seção de Gestão de Material deverão ser designados para o acompanhamento e a gestão da presente contratação junto à (s) eventual (is) empresa (s) contratada (s).

14. Possíveis Impactos Ambientais

1. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A adoção de medida mitigatória preventiva, de contingência e de tratamento, para afastar ou tratar possíveis riscos em relação aos itens pretendidos para a aquisição e o armazenamento, no estoque do Almoxarifado da Seção de Gestão de Material, visa a minimizar ou, até mesmo, eliminar algum evento adverso, que se apresente para causar prejuízo aos itens ambientais, que se destacam no meio físico ou em outros meios.

14.2. Sendo assim, este tipo de medida procura anteceder à ocorrência de algum impacto negativo e para isso este Regional tem, como logística reversa, o desfazimento periódico e a reciclagem de bens e refugos, quando, necessariamente, aplicável e sob a ótica da dimensão ambiental da sustentabilidade, de modo que se relaciona com o Plano de Logística Sustentável (PLS) da Administração.

14.3. A empresa deverá atender às disposições constantes na Resolução nº 400, de 16/06/2021, do Conselho Nacional de Justiça e legislação correlata, de maneira a preservar o meio ambiente e utilizar os recursos naturais de forma sustentável, priorizando a utilização de energia limpa e renovável, implementando medidas de combate ao desperdício, promovendo a reciclagem e a gestão de resíduos, como parte de ações permanentes de educação ambiental.

14.4. A sustentabilidade deve ser vista sob o conceito de tripé da sustentabilidade, porquanto, esse conceito avalia todo o impacto social e ambiental de uma organização, tanto interno quanto externamente. Os três pilares da sustentabilidade são abrangidos pelo social, ambiental e financeiro e, no que tange à sustentabilidade social, a organização precisa ter compromisso com a comunidade e com os colaboradores, oferecendo diversas ações, entre elas a inclusão, diversidade e suporte para todos.

14.5. Para a definição dos critérios de sustentabilidade, descritos neste ETP, foi considerado o disposto no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, ante as especificidades dos materiais de consumo.

14.6. Do Plano de Logística Sustentável – PLS devemos depreender que se caracteriza como uma ferramenta de gestão e de planejamento que permite estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização dos gastos nos processos de compras.

14.7. O compromisso com a sustentabilidade melhora a qualidade do gasto público, combate o desperdício e promove a redução de consumo.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1.1. A Seção de Gestão de Material optou pela utilização da modalidade de Sistema de Registro de Preços (SRP), pois tem demonstrado resultados vantajosos para esta Corte, devido à sua flexibilidade e economicidade.

15.1.2. O SRP permitirá a aquisição dos coletes, conforme a demanda de utilização nas Eleições/2026, evitando-se excessos e desperdícios.

15.1.3. Além disso, a centralização da compra, por este Tribunal, garante uniformidade e qualidade no fornecimento, ao mesmo tempo em que possibilita a obtenção de preços mais competitivos, devido à economia de escala.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: 16.Responsáveis 16.1 Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

ALEX MATEUS

Técnico Judiciário/Chefe da Seção de Gestão de Material



Assinou eletronicamente em 05/03/2026 às 09:45:45.